



ACESSIBILIDADE NO PRÉDIO DO CENTRO DE ENGENHARIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

LUISA BARBOSA PINTO DA SILVA¹; ISABELA FERNANDES ANDRADE²

¹Universidade Federal de Pelotas – luisa.sbarbosa@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – acessiarq@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Indivíduos com deficiência, seja ela físico-motora, sensorial, cognitiva, múltipla, temporária ou permanente, enfrentam dificuldades e sofrem restrições diariamente. A constante busca por melhores condições de acessibilidade, visa assegurar a total independência, não só de pessoas com deficiência, mas de todos, no que diz respeito ao deslocamento, à comunicação, à orientação espacial e ao uso dos espaços e equipamentos nele disponíveis (DISCHINGER, BINS ELY E PIARDI, 2012). Para Lamônica et al. (2008), acessibilidade compõe o conceito de cidadania, no qual os indivíduos tem direitos assegurados por lei e que devem ser respeitados. Entretanto, muitos destes direitos esbarram em barreiras arquitetônicas ou atitudinais que, no primeiro caso, podem ser reflexos de um mau projeto e, no segundo, decorrentes de atitudes pessoais que pode impactar em dificuldades enfrentadas pelos indivíduos.

Para melhor compreender, avaliar e fiscalizar as condições acessibilidade em edificações, Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012) tratam a acessibilidade espacial a partir de quatro componentes: deslocamento, orientação espacial, uso e comunicação. A orientação espacial diz respeito à capacidade do indivíduo de reconhecer a função e identidade de um determinado local, tendo condições de desenvolver uma estratégia de uso e deslocamento. Já a comunicação em um ambiente é garantida quando é possível a plena troca de informações interpessoais, ou através de equipamentos de tecnologia assistiva. O componente de uso refere-se a utilização os equipamentos e espaços de forma que a participação do indivíduo no ambiente seja efetiva. E, por fim, o componente deslocamento visa assegurar condições de mobilidade, seja horizontal ou vertical, de forma segura, livre de barreiras, independente e confortável.

Com o intuito de colaborar em questões relacionadas ao tema, a norma brasileira de acessibilidade (NBR 9050, 2015) - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos – “[...] visa proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção”. Tendo em vista a promoção da acessibilidade, o presente trabalho tem como objetivo analisar as condições de acessibilidade espacial no prédio do Centro de Engenharias da Universidade Federal de Pelotas (antiga Cotada), localizado na zona do porto da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul (RS).

2. METODOLOGIA

Os métodos adotados foram visita exploratória e passeio acompanhado com indivíduo em cadeira de rodas.

Na visita exploratória foi realizado levantamento métrico e fotográfico dos ambientes de estudo e preenchimento das informações coletadas em planilhas que

relacionavam os aspectos levantados com aqueles previstos na norma brasileira de acessibilidade (NBR 9050, 2015).

Já o passeio acompanhado (DISCHINGER, 2000) se fundamenta em acompanhar, sem conduzir, um indivíduo com deficiência ou com alguma característica relevante para a pesquisa para a realização de um série de atividades pré-estabelecidas. Ao longo do percurso, o pesquisador deve observar o comportamento do entrevistado, que deve verbalizar as facilidades e dificuldades enfrentadas.

Em ambos os métodos foram analisados os seguintes espaços de uso comum do prédio: hall de entrada, recepção, circulação horizontal e vertical, um sanitário localizado no térreo, um laboratório e uma sala de aula localizada no sétimo andar.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do estudo, foram observadas diversas desconformidades em relação à NBR 9050 (2015), bem como dificuldades da usuária em cadeira de rodas ao longo das atividades propostas. Abaixo, os resultados foram organizados de acordo com os componentes da acessibilidade espacial.

3.1 Deslocamento

A calçada de acesso ao prédio possui piso tátil direcional. Contudo, o piso apresenta falhas e ladrilhos quebrados. A rampa de acesso (Figura 1) ao passeio não atende ao artigo 6.6 da NBR 9050 (2015), possuindo uma inclinação superior a 5%, o que acarretou na necessidade de auxílio para que a pessoa em cadeira de rodas conseguisse vencer o desnível. A rampa de acesso à calçada também não possui indicação tátil no seu início e término. Os obstáculos encontrados (postes de luz, arbustos, etc.) no passeio não são sinalizados com piso alerta, conforme artigo 6.3.8 da NBR 9050 (2015).

No hall de entrada do prédio, identificou-se que alguns pilares estruturais não são sinalizados e podem ser considerados obstáculos ao longo do percurso, visto que se encontram em área de circulação horizontal.

Nos dias de visita exploratória e passeio acompanhado, havia mobiliário (cadeiras e mesas) na área de circulação horizontal, dificultando o deslocamento da usuária em cadeira de rodas. Para que o método fosse aplicado, foi necessária a retirada das cadeiras do caminho. Os demais corredores do prédio são amplos e não apresentaram maiores problemas quanto ao deslocamento.

Quanto à circulação vertical, o prédio conta com escada e elevador que atendem todos os andares principais e andares intermediários (com exceção do último andar intermediário, o qual é acessado somente pela escada). A circulação vertical eletromecânica do prédio encontra-se acessível, possuindo os vãos, alturas dos botões e barras conforme a NBR 9050 (2015). Paralelamente, as escadas e hall dos pavimentos possuem medidas de acordo com os artigos 6.7 e 6.8 da NBR 9050 (2015).

3.2 Orientação espacial

O prédio conta com uma bancada de informações localizada no hall de entrada. A mesma possui 1,30 m de altura, inacessível para usuários sem deficiências, tampouco para aqueles indivíduos em cadeiras de rodas (Figura 2).

Figura 1 – Rampa de acesso ao Prédio

Figura 2 – Bancada de informações



Fonte: Autores.



Fonte: Autores.

Em ambas as circulações (vertical e horizontal), identificou-se que o prédio não conta com um sistema claro de orientação espacial, como mapas, placas informativas ou sistemas eletrônicos. Tanto a escada quanto o elevador, não apresentam sinalização espacial conforme artigo 5.3.5.4 da NBR 9050 (2015), bem como não há nenhum tipo de informação ao fim de cada lance de degraus sobre o andar no qual o usuário se encontra.

Notou-se que algumas salas do térreo não apresentam identificação. As demais salas são numericamente identificadas. Contudo, só é possível enxergar a identificação quando o usuário posiciona-se em frente à porta (Figura 3).

A localização dos sanitários está de acordo com artigo 7.3.1 da norma. Porém, o sanitário acessível encontra-se dentro do sanitário comum, fato que conflita com o item 7.4.2 da norma, o qual orienta: “Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis devem possuir entrada independente, de modo a possibilitar que a pessoa com deficiência possa utilizar a instalação sanitária acompanhada de uma pessoa do sexo oposto.”

3.3. Uso

Quanto ao componente uso, notou-se maiores agravantes nos sanitários. O mesmo encaixa-se em alguns dos critérios de dimensão estabelecidos em norma (item 7.5 da NBR 9050, 2015), como: área de giro de 360°; área para transferência lateral, diagonal e perpendicular à bacia sanitária; e área de manobra. Contudo, o tipo de fechadura da porta de acesso ao sanitário não está em conformidade ao sub-item “f”. As barras de apoio ao lado do vaso sanitário (Figura 4) não estão dentro das distâncias recomendadas em norma (sub-item “n” do item 7.5), resultando em grandes dificuldades para que a pessoa em cadeira de rodas utilizasse o espaço com conforto e independência.

Figura 3 – Identificação da sala de aula



Fonte: Autores.

Figura 4 – Sanitário acessível



Fonte: Autores.

Em relação ao laboratório analisado, a pessoa em cadeira de rodas apresentou dificuldades em acessar certos objetos localizados em prateleiras, bem



como operar o maquinário em consequência da falta de adaptação. Quanto ao elevador, os botões estão em altura acessível, com numeração também em Braille, sinalização luminosa e sua área possibilita o giro da cadeira de rodas. Contudo, não foi identificada sinalização sonora.

Já a sala de aula possui pilares estruturais aparentes localizados na área de circulação e na área de visão dos alunos (em relação às classes). As classes encontram-se organizadas em fileiras duplas, formando mais duas filas de circulação nas quais não é possível transitar uma cadeira de rodas. As classes também não permitem a aproximação da cadeira de rodas.

3.4 Comunicação

Os funcionários responsáveis pelo fornecimento de informações apresentam pouca instrução para lidar com indivíduos com deficiências (por exemplo, desconhecem a língua brasileira de sinais - LIBRAS).

4. CONCLUSÕES

Ante o exposto e na análise dos resultados da metodologia aplicada, é possível concluir que o prédio apresenta problemas relacionados a acessibilidade, principalmente no quesito orientação espacial, sendo difícil a identificação e localização dos espaços, até mesmo, para quem frequenta a edificação diariamente.

A voluntária em cadeira de rodas manifestou que, apesar das desconformidades de norma, ainda sim se sentiu confortável ao utilizar o prédio, por ser amplo e possuir elevador. Relatou que o maior inconveniente por ela identificado em prédios públicos diz respeito a falta de mecanismos que possibilitem a circulação vertical.

Afere-se, também, que a maioria das soluções para os problemas encontrados poderiam ter sido aplicadas depois da construção do prédio, como, por exemplo, o desenvolvimento de um plano de orientação espacial.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

DISCHINGER, M.; BINS ELY, V. H. M.; PIARDI, S. M. D. G. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público**. Florianópolis: MPSC, 2012.

LAMÔNICA, D. A. C.; ARAÚJO-FILHO, P.; SIMOMELLI, S. B. J.; CAETANO, V. L. S. B.; REGINA, M. R. R.; REGIANI, D. M. Acessibilidade em ambiente universitário: identificação de barreiras arquitetônicas no campus da USP de Bauru. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília: Unesp publicações, v.14, n.2, p. 177-188, 2008.